

Os minerais críticos e o corolário Trump | Carta semanal 40 (2026)



John Moenakeefe Mohl (África do Sul), *Mineiros ao pôr do sol, alguns em serviço, outros de folga, perto de Carletonville*, c. 1970-1975.

Queridas amigas e amigos,

Saudações do **Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**.

O mapa da nova guerra por minerais se estende das planícies de lítio da América do Sul aos depósitos de

terras raras da Groenlândia. Seu vocabulário é familiar: resiliência da cadeia de suprimentos, segurança nacional, diversificação e parceria. Por trás dessas expressões neutras, esconde-se um projeto mais antigo. Os Estados Unidos querem **reorganizar a riqueza mineral do Hemisfério Ocidental** em torno de suas próprias necessidades industriais e militares, mantendo a China bem longe. O nome mais recente para essa ambição é o Corolário à Doutrina Monroe de 1823 do presidente Donald Trump – apelidado de “Doutrina Donroe”. A piada é grosseira, mas a política não.

Minerais críticos não são inerentemente críticos. Cobre, lítio, grafite, cobalto, níquel e terras raras tornam-se críticos dentro de um sistema de produção específico que exige cada vez mais redes elétricas, baterias, centros de dados, semicondutores, satélites e aeronaves de combate. A Agência Internacional de Energia **prevê** que a demanda por esses minerais quase dobrará até 2040, de acordo com as políticas estabelecidas, com a demanda por lítio mais que triplicando. O gargalo decisivo não é a geologia, mas o domínio da metalurgia, das patentes, das finanças, da separação, do refino e dos mercados. A China refina mais de 90% do gálio, grafite, manganês e diversas categorias importantes de terras raras do mundo. Esse é o fato industrial que os documentos de segurança de Washington traduzem na linguagem da “ameaça”.



Marjorie Arnfield (Inglaterra), *Quebrando carvão*, c. 1920.

Em abril de 2025, a Casa Branca **ordenou** uma investigação da Seção 232 sobre minerais críticos processados e seus derivados, tratando a dependência de importações como uma possível ameaça à segurança nacional. Em

janeiro de 2026, após a conclusão da investigação de que tais importações de fato ameaçavam a segurança dos EUA, o presidente Trump **orientou** negociações com parceiros comerciais e propôs preços mínimos e outras restrições comerciais. Em julho, ele **invocou** a Lei de Produção de Defesa para a recuperação de minerais críticos a partir de sucatas e bens usados. Em conjunto, essas medidas do governo dos Estados Unidos descrevem uma política industrial beligerante, respaldada por tarifas e ameaças militares.

A política dos EUA para minerais críticos visa não apenas buscar minas no exterior, mas também impor sua autoridade política sobre onde esses minerais podem ser vendidos, cuja tecnologia pode processá-los e quais bancos podem financiar a cadeia produtiva. A ordem executiva de Trump de 2025 sobre minerais do fundo do mar **declarou** seu objetivo com uma clareza incomum: os Estados Unidos fortalecerão “parcerias com aliados e a indústria para contrabalançar a crescente influência da China sobre os recursos minerais do fundo do mar”. O **Corolário Trump** estende essa lógica por todo o hemisfério, tratando a América Latina e o Caribe não como uma região de projetos de desenvolvimento soberanos, mas como o exterior próximo dos Estados Unidos: um reservatório protegido de produtos agrícolas, metais, minerais, portos e rotas marítimas. Em seu livro monumental *As veias abertas da América Latina* (1971), Eduardo Galeano escreveu sobre a “mortalidade da riqueza” – como a abundância natural da região trouxe sofrimento aos seus povos. Essa dolorosa contradição entre riqueza e exploração persiste.



Aage Gitz-Johansen (Dinamarca), *Eskimoen dør* (O esquimó morre), 1958.

A Groenlândia revela o Corolário Trump em sua forma mais crua. Longe de ser um espaço vazio, como frequentemente retratada, a sociedade inuíte [povos indígenas originários das regiões árticas e subárticas da América do Norte] de aproximadamente 57 mil pessoas tem uma longa história de domínio colonial dinamarquês e uma luta inacabada por sua autodeterminação. Sua posição entre a América do Norte e a Europa, a base militar estadunidense em Pituffik, a abertura de rotas marítimas no Ártico e os depósitos que incluem minerais de terras raras a tornaram objeto de renovada atenção. O desejo reiterado de Trump de

adquirir a Groenlândia reduz a terra natal do povo inuíte a bens imóveis e estratégia militar. Trump afirma ter tomado a Groenlândia da Dinamarca, mas os **detalhes** do acordo de segurança são muito mais **ambíguos** do que suas postagens nas redes sociais.

A pressão sobre a Groenlândia e sobre a América Latina faz parte da mesma imaginação imperial. Os EUA veem a primeira como seu escudo no norte e a segunda como seu depósito no sul. Em ambos os casos, o objetivo declarado é impedir que o capital, a infraestrutura e a tecnologia chineses conquistem uma posição duradoura. O que está em jogo não é a liberdade de investimento chinesa, mas a soberania dos países para definirem suas próprias políticas externas e econômicas independentes. A questão é que Washington reivindica a autoridade para decidir quais relações são permitidas. A promessa de soberania se torna condicionada ao alinhamento com as ambições imperialistas dos EUA.



Rosemary Namuli Karuga (Quênia), *Três mulheres caminhando*, 2001.

A América Latina vivenciou essa história. O livro de Galeano detalha a jornada da prata da Bolívia, do guano e cobre do Peru, dos nitratos e cobre do Chile, do minério de ferro do Brasil e do petróleo da Venezuela até os sucessivos centros de acumulação capitalista. A *commodity* muda de país para país, mas a estrutura permanece: extração na periferia, tecnologia e financiamento em outros lugares e danos socializados no local da mina. A chamada transição verde pode remodelar essa estrutura sem derrubá-la.

Os números revelam tanto a oportunidade quanto o perigo. A Agência Internacional de Energia **relata** que, excluindo o lítio, os países latino-americanos refinaram, em média, apenas 20% dos principais minerais energéticos que extraíram em 2025. Com os projetos existentes, a região poderia capturar cerca de 185 bilhões de dólares em valor econômico até 2035, mas apenas um quinto disso viria do refino. Um maior refino local poderia elevar esse valor para aproximadamente 220 bilhões de dólares. A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento **defende** uma política industrial regional com maior investimento público em infraestrutura e educação, regras claras para bens e mão de obra de origem local (regras de conteúdo local) e transferência de tecnologia, além de controle sobre o ritmo e os termos da extração. A questão é se essas ferramentas servirão ao planejamento público ou se apenas subsidiarão as corporações estrangeiras.



Sebastião Salgado (Brasil), *Mina de ouro de Serra Pelada, Brasil*, 1986.

O epicentro desse debate é o Brasil, **que detém cerca de 23% das reservas conhecidas de terras raras**, mas produz aproximadamente 1% da produção global e carece de uma cadeia de processamento integrada que abranja desde a separação, passando pela produção de metais e ligas, até a fabricação de ímãs permanentes. Na mina Pela Ema, em Goiás, o Grupo Serra Verde produz um carbonato misto de terras raras. As etapas mais complexas e lucrativas ocorrem no exterior. O Brasil mantém a extração, alguns empregos e impostos, além das responsabilidades ambientais, enquanto a produção de maior valor agregado, as patentes e o controle estratégico deixam o país.

É por isso que a proposta de aquisição da Serra Verde pela USA Rare Earth, apoiada pelos EUA, é **relevante**. O depósito contém disprósio e térbio, indispensáveis para ímãs de alto desempenho usados em motores elétricos e sistemas militares. O financiamento e os compromissos de compra dos EUA transformam a aquisição em algo mais do que uma transação privada: faz parte de uma tentativa estatal de construir uma cadeia de suprimentos que exclua a China. Ao redor da mina, comunidades rurais e quilombolas enfrentam córregos poluídos, ameaças às suas terras e concessões de mineração que ameaçam assentamentos de reforma agrária. Um mineral não pode ser considerado “verde” quando seus custos são repassados para as pessoas que vivem acima dele.

A resposta do Brasil não pode ser uma simples mudança de cliente. A cooperação com a China, os Estados Unidos ou a Europa deve ser avaliada pelo conhecimento e pela capacidade que ainda existem no Brasil, e não pela nacionalidade do comprador. Certas regras básicas devem ser aplicadas:

- Controle público sobre informações geológicas e depósitos estratégicos.
- Financiamento público por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
- Investigação pública do impacto ecológico, incluindo licenciamento ambiental para examinar os impactos cumulativos nas bacias hidrográficas.
- As comunidades indígenas, quilombolas e agrárias locais devem ter direito garantido à consulta livre, prévia e informada.
- Análise rigorosa das aquisições de minas por estrangeiros.
- Requisitos de transferência de tecnologia previstos em contrato.
- Pesquisa liderada por universidades brasileiras e institutos públicos de pesquisa.
- Separação e refino obrigatórios do minério em território nacional.
- Cooperação regional para ampliar a escala de produção de baterias, produtos químicos, máquinas, ímãs e reciclagem.



Tom McGuinness (Reino Unido), *Instaladores de correias*, 1963.

Os países do Sul devem rejeitar a falsa dicotomia entre servir a uma cadeia de suprimentos centrada na China e entrar em uma controlada pelos EUA. Os movimentos sociais devem lutar pela soberania popular, o que exigiria que esses acordos fossem feitos com empresas públicas, por meio de instituições públicas, com mandatos transparentes, padrões ambientais comuns e pesquisa compartilhada. A extração de metais e minerais deve ser planejada para usos socialmente necessários e não pelos ditames do consumo de luxo e da guerra permanente.

A vulnerabilidade mais profunda exposta pela disputa mineral não é a dependência de um único país. É a subordinação da vida a cadeias de suprimentos governadas por outros. O Corolário Trump promete garantir o hemisfério e suas riquezas para os Estados Unidos. Uma doutrina popular garantiria os recursos naturais para o benefício daqueles que vivem na terra, priorizando eletricidade em vez de exportações, água em vez de resíduos, conhecimento em vez de royalties e soberania em vez de alinhamento. A riqueza sob o solo deve se tornar visível em escolas, hospitais, centros de pesquisa, laboratórios, ecossistemas restaurados e vidas dignas – um futuro que não pode ser enviado em sacos de concentrado.



Lena Hugo (África do Sul), *Minério I*, 2008.

Em 1904, o poeta nicaraguense Rubén Darío escreveu “A Roosevelt” [Para Roosevelt]. Dirigido ao presidente dos EUA, Theodore Roosevelt, o poema é uma poderosa acusação ao imperialismo yanqui. As estrofes abaixo aludem à “Le Message de Grant” [Mensagem de Grant] de Victor Hugo, de 1872, na qual Hugo escreve ao presidente dos EUA, Ulysses S. Grant, que a bandeira dos EUA, “semeada com estrelas”, está “obscurecida” com uma “mancha de lama” (*tache de boue*):

Los Estados Unidos son potentes y grandes.
 Cuando ellos se estremecen hay un hondo temblor
 que pasa por las vértebras enormes de los Andes.
 Si clamáis, se oye como el rugir del león.
 Ya Hugo a Grant le dijo: “Las estrellas son vuestras”.
 (Apenas brilha, alzándose, el argentino sol
 y la estrella chilena se levanta...) Sois ricos.
 Juntáis al culto de Hércules el culto de Mammón;
 y alumbrando el camino de la fácil conquista,
 la Libertad levanta su antorcha en Nueva York.

Os Estados Unidos são potentes e grandes.
 Quando eles se estremecem há um profundo tremor
 que passa pelas enormes vértebras dos Andes.
 Se gritarem, se escuta como o rugido de um leão.
 Hugo já disse a Grant: “As estrelas são suas”.
 (Mal brilha, ao alto, o sol argentino
 e a estrela chilena se levanta...) Vocês são ricos.
 Vocês juntam o culto de Hércules ao culto de Mammon;
 e iluminando o caminho da conquista fácil,
 A Liberdade levanta sua tocha em Nova York.

Cordialmente,

Vijay